CONTRATO Nº. 1083/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ E A EMPRESA FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA PARA AQUISIÇÃO DE PIANO DIGITAL.

Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08 na Sede da Prefeitura, situada na Avenida Tiradentes, nº. 520, Centro, Taubaté/SP, presentes, de um lado, neste ato representada por **Hélcio Carvalho dos Santos**, Secretário de Educação, ora em diante designada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.433.080/0001-22, com sede na Rua Alameda dos Diamantes, nº. 115, bairro Ana Dorothea, município de Franca/SP, e-mail: orcamentos.escritorio@gmail.com, representada por **Luiz Antônio Peixoto**, portador do RG nº. 21.963.711, inscrito no CPF/MF sob nº. 138.509.248-31, na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, na qualidade de adjudicatária no **pregão eletrônico nº. 0135/2026 - processo administrativo nº. 18.114/2026**, cujo inteiro teor a CONTRATADA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, de acordo com as normas emanadas da Lei Complementar Federal nº. 0123/2006 alterada pelas Leis Complementares nº. 0147/2014 e nº. 0155/2016 em suas redações atuais, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal nº. 15.447/2022 e suas alterações(https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL%201413 3%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf), do Decreto Municipal nº. 15.523/2023 e demais normas pertinentes, do Decreto Municipal nº. 16.199/2025, e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
1.1 - O presente contrato tem por objeto a **aquisição de piano digital.**
1.2 - Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar: o instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela CONTRATADA, datada de 12/08/2026; e os novos preços definidos por lances e eventuais negociações conforme consignados na ata que registrou aqueles lances e negociações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA E DA VIGÊNCIA E GARANTIA.
2.1 - O prazo para entrega será de no máximo **30 (trinta) dias**, conforme Termo de Referência anexo, contados da data da última assinatura eletrônica deste instrumento contratual, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.
2.1.1 - Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:
2.1.2 - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
2.1.3 - Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.
2.1.4 - Na análise da documentação apresentada, poderá a unidade gestora do contrato solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto a sites ou outros meios.
2.1.5 - Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.
2.1.6 - A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo contratual.
2.2 - Vigência: Este contrato vigorará desde sua assinatura e por todo o período de execução do objeto, até sua aceitação e respectivo pagamento, nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual.
2.3 - Garantia: Conforme Termo de Referência.
2.4 - Para fins de contagem do prazo será considerada como data do contrato a última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no referido instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.
3.1 - O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados em 1.2.
3.2 - A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do precedente

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, LARISSA APARECIDA DOS SANTOS COELHO HELOU e AVANILDO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

instrumento convocatório, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, os equipamentos que vierem a ser recusados pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto desta avença.
3.3 - Se os serviços apresentarem-se com defeitos, vícios de execução ou elaboração, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial dos mesmos à CONTRATADA, para que proceda às correções apontadas, passando o prazo de observação a fluir novamente, até nova comunicação.
3.4 - A responsabilidade pela qualidade dos serviços executados é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que necessárias.
3.5 - O objeto deste certame deverá ser entregue na Escola Municipal de Artes Maestro Fêgo Camargo, sito Rua Portugal, 38, Centro, Taubaté/SP, 12030-230.
3.6 - A empresa se responsabilizará no momento da entrega, pelo descarregamento do material no local determinado pela Prefeitura Municipal de Taubaté.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.
4.1 - O valor total do presente contrato é de **R$ 10.350,00 (Dez mil e trezentos e cinquenta reais)**, por conta da dotação orçamentária **1406-10.01.0015.2.064.12.363.449052.08.8040393** para atender às despesas inerentes a este contrato.
4.2 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.
4.3 - Cronograma de pagamento, observado a ordem cronológica, **considerada a partir do recebimento das respectivas Notas Fiscais, devidamente instruída e apta para liquidação e pagamento, cumpridas as obrigações contratuais e nos termos da proposta apresentada**. O pagamento obedecerá aos seguintes prazos, exceto os pagamentos decorrentes de cumprimento de ordens judiciais, parcerias celebradas com o Terceiro Setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como os recursos repassados pela Municipalidade para cumprimento de planos de trabalho previamente estabelecidos pelo Poder Público.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20*.
Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês*.
Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.
*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

4.3.1 - Salientamos ainda, caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.
4.3.2 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 'pro rata tempore'.

Previsão Orçamentária:
Ficha: 1406-10.01.0015.2.064.12.363.449052.08.8040393
Classificação Econômica: 449052
Fonte: 08
Código de Aplicação: 8040393-181.18
Nota de Empenho nº. 9977/2026
Valor: R$ 10.350,00

4.3.3 Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do Art. 2°-A da IN RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5.1 - Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.
5.2 - Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.
5.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.
5.4 - Responsabilizar –se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PINTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HELIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

5.5 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

5.6 - Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.

5.7 - Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, estes deverão comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

5.8 - A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente o Termo de Referência.

5.9 - Pagar o piso salarial, fixado pela convenção coletiva das categorias profissionais empregados na execução do objeto do presente contrato respeitando o princípio da isonomia salarial, conforme artigo 1º da Lei Municipal nº 4.779/2013.

5.10 - Para eventuais contratações de trabalhadores necessários a execução do objeto do presente contrato, fica a CONTRATADA obrigada a cumprir com o que dispõe a Lei Municipal nº 5.544 de 31 de março de 2020, no sentido de fazer consulta prévia ao banco de dados do Balcão de Empregos de Taubaté.

5.11 - A CONTRATADA deve cumprir com as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, abstendo-se de impor restrições injustificadas quando da alocação de trabalhadores PCD's e/ou reabilitados.

5.11.1 - A contratação e/ou a prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº 11.479/2023.

5.11.2 - A CONTRATADA deve empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.

5.12 - É dever de cada empresa apresentar ao Município, mensalmente, os comprovantes das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias (certidões negativas de débitos fundiários, contribuições previdenciárias e fiscais).

5.12.1 - Apresentar ainda, comprovação dos pagamentos das verbas trabalhistas como: salários, horas extras, adicionais de insalubridade de acordo com o PGR, PCMSO e LTCAT, recibos de EPIS, cesta básica, adicional noturno, gozo correto do intervalo intrajornada, pagamento do piso salarial da categoria, dentre outros previstos em normas coletivas, sob pena de não recebimento da nota fiscal (sempre que o objeto do ajuste se tratar de prestação de serviço de mão de obra exclusiva e quando solicitado para outros tipos de contratações).

5.13 - Quando houver prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração só poderá ser responsabilizada por encargos trabalhistas não cumpridos pela empresa terceirizada se for comprovada formalmente negligência na fiscalização do contrato, cabendo à parte autora da ação (empregado, sindicato, entre outros) provar se houve falha nessa fiscalização.

5.14 - Quando houver tratamento de dados pessoais, a Contratada deverá atender aos termos da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas alterações, bem como o Decreto Municipal Nº 16.038, de 19 de março de 2025, disponível em https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_241_34_29_05062025163224.pdf.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1 - Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente.

6.2 - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

6.3 - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

6.4 - Designar responsável(is), denominado(s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal, nos termos do regulamento, para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e FELICIO CAVALLO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

defeitos observados;
6.5 - Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço/compra prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a Prefeitura Municipal de Taubaté obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.
6.6 - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;
6.7 - Notificar, via sistema 1DOC, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelo equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;
6.8 - Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;
6.9 - Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços/fornecimento do bem e o atendimento das exigências contratuais;
6.10 - Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado fiscal e Gestor do Contrato;
6.11 - Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada.
6.12 - Efetuar o recebimento do objeto conforme Art. 39 do Decreto Municipal N° 15.447 de 12 de dezembro de 2022(https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL%2014133%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf).
6.13 - Quando houver tratamento de dados pessoais, a Contratada deverá atender aos termos da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas alterações, bem como o Decreto Municipal Nº 16.036, de 19 de março de 2025, disponível em https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_241_34_29_05062025163224.pdf.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE.
7.1 - Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será reajustado.
7.2 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado:
7.2.1 - Para os custos relativos à mão de obra e para os custos decorrentes de mercado, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra) serão contados da **data-base vinculada à data do orçamento**;
7.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será computado do último reajuste correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como último reajuste, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
7.4 - O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste deverá ser de acordo com o § 8º do Art. 25 da Lei 14.133/21.
7.5 - Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
7.5.1 - Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
7.5.1.1 - Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado e ao de mão de obra;
7.6 - É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal e/ou sentença normativa.
7.7 - A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
7.8 - Quando o reajuste solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra) e decorrentes de mão de obra, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pela variação do IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = Po \times \left[\left(\frac{IPCA}{IPCAo}\right) - 1\right]$$

Onde:

Assinado por 4 pessoas: ANGELA TEMOTEIXTO, IARA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HELIO CAVALLO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

R = Parcela de reajuste;
Po = Preço inicial do item no mês de referência dos preços ou preço do item no mês de aplicação do último reajuste;
IPCA/IPCAo= variação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.
7.8.1 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
7.8.2 - Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
7.8.3 - Caso o índice estabelecido para o reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
7.8.4 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8.5 - Independentemente do requerimento de reajuste, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
7.9 - Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
7.9.1 - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros; ou
7.9.2 - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando o reajuste envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, por sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em reajustes futuros.
7.10 - Os efeitos financeiros dos reajustes ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
7.11 - A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
7.11.1 - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
7.12 - Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES.
8.1 - O contrato será rescindido, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração ou modificação da finalidade ou estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudique a execução do objeto, de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução, ou, ainda, na hipótese de sua cessão ou transferência, total ou parcial, a terceiros. A inexecução total ou parcial do contrato ou o descumprimento de quaisquer obrigações ensejará sua rescisão, nos casos enumerados na Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.
8.2 - A CONTRATADA sujeita-se às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.
8.3 - A aplicação de uma das sanções não implica a exclusão de outras previstas na legislação vigente.
8.4 - As sanções dispostas poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
8.5 - A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
8.5.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAISE APARECIDA DOS SANTOS COELHO, HÉLIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

8.6 - Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.7 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.8 - A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.9 - As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.5.

8.10 - Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 8.5, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:

8.11 - 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.

8.12 - 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.

8.13 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 8.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.14 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 8.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 8.13, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.15 - A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

8.16 - Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.

8.17 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

8.18 - As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

8.19 - As decisões relacionadas à multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em diário oficial do município e encaminhadas via sistema 1Doc para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.

9.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

9.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

9.3 - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

Assinado por 4 pessoas: ANGELA LEMOS PEIXOTO, LARISSA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAUDIA APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HÉLIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-1770-B280 e informe o código C6CD-6160-1770-B280

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO.

10.1 - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização geral dos serviços contratados, podendo, para esse fim, designar prepostos, aos quais a CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhe o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.

10.2 - A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e a aplicação dos métodos construtivos e ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços executados.

10.3 - A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.

10.4 - Fica acordado que a fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.

11.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

11.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

11.1.2 - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

11.1.3 - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

11.1.4 - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

11.1.5 - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

11.1.6 - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

11.1.7 - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

11.1.8 - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

11.1.9 - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, abstendo-se de impor restrições injustificadas quando da alocação de trabalhadores PCD's e/ou reabilitados.

11.2 - O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

11.2.1 - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

11.2.2 - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

11.2.3 - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

11.2.4 - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

11.2.5 - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

11.3 - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.4 - A extinção do contrato poderá ser:

11.4.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.4.2 - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

11.4.3 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.5 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.6 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

11.6.1 - Devolução da garantia;

11.6.2 - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

11.6.3 - Pagamento do custo da desmobilização.

11.7 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO DA TERRA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAUDIA APARECIDA DOS SANTOS COELHO, HÉLIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
11.7.1 - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
11.7.2 - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
11.7.3 - Execução da garantia contratual para:
11.7.3.1 - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
11.7.3.2 - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
11.7.3.3 - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
11.7.3.4 - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
11.8 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA. NOS TERMOS DO CAPÍTULO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.
12.2 - A CONTRATADA fica dispensada, neste ato, da prestação de garantia prevista na Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA NOMEAÇÃO.
13.1 - O modelo de gestão contratual será exercido por gestor e fiscal indicado, conforme disposto pelos parágrafos do artigo 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e pelo Decreto nº. 15.523, de 10 de março de 2023.
13.1.1 - Fica designada **Clayse Aparecida dos Santos** - CPF: 340.917.328-52 - Cargo: Assessora do Secretário de Educação - tel.: (12) 3621-4544 - e-mail: clayse.coelho@educacaotaubate.sp.gov.br, responsável como **gestora**, para exercer as funções previstas nos incisos e parágrafos do artigo 2º, do Decreto nº. 15.523/23.
13.1.2 - Fica designada **Ila Teresa de Moraes Santos Pinto** - CPF: 035.746.008-10 - Cargo: Diretora Pedagógica - tel.: (12) 3621-4544 - e-mail: fegocamargo@educacaotaubate.sp.gov.br, responsável como **fiscal**, para exercer as funções previstas nos incisos e parágrafos únicos dos artigos 4º e 5º, do Decreto nº. 15.523/23.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO.
14.1 - Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, as normas emanadas da Lei Complementar Federal nº. 0123/2006 alterada pelas Leis Complementares nº. 0147/2014 e nº. 0155/2016 em suas redações atuais, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal nº. 15.447/2022 e suas alterações(https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL%2014133%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf), do Decreto Municipal nº. 15.523/2023 e demais normas pertinentes, do Decreto Municipal nº. 16.199/2025, e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO.
15.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam eletronicamente o presente instrumento para todos os fins de direito.

HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS
CONTRATANTE

LUIZ ANTONIO PEIXOTO
CONTRATADA

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HELCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a aquisição de piano digital para equipar a Escola Municipal de Artes Maestro Fêgo Camargo, por meio de Emenda Impositiva disponibilizada em 2026.

DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea "a", inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021).

1.1. Natureza do Objeto

O objeto do presente Termo de Referência tem natureza de aquisição de materiais permanentes e de consumo, que consistem em piano digital para utilização nos diversos cursos desenvolvidos na Escola Municipal de Artes Maestro Fêgo Camargo, os equipamentos possuem características e padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos em Edital, por meio de especificações técnicas usuais de mercado.

Declara-se, para os fins do disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, que os bens objeto da presente contratação classificam-se como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo mercado e amplamente disponíveis junto a fornecedores do ramo. Ressalta-se, ainda, que os itens especificados não se enquadram como bens de luxo, por não apresentarem características de ostentação, requinte excessivo ou atributos supérfluos, destinando-se exclusivamente ao atendimento das necessidades pedagógicas e operacionais essenciais à execução das atividades formativas desenvolvidas pela unidade escolar.

1.2. Quantitativo

A demanda objeto do presente Termo de Referência foi devidamente estudada e levantada pela Gestão do Ensino Profissionalizante.

Os itens e quantitativos foram baseados nos equipamentos existentes a serem substituídos, dado o tempo de uso, e equipamentos necessários para fortalecer a aprendizagem dos estudantes matriculados na unidade supracitada, de forma que as aulas práticas dos cursos proporcionem com qualidade a efetivação do conhecimento.

Será necessária a aquisição dos itens em quantitativos conforme disposto a seguir:

Item	Quantidade
Piano Digital	3

1.3. Prazo do Contrato

A entrega dos equipamentos, objeto do presente Termo de Referência, deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, após assinatura de instrumento contratual e/ ou emissão de Autorização de Fornecimento, conforme critério a ser estabelecido pelo Departamento de Compras Central da Prefeitura Municipal de Taubaté.

1.4. Descritivo detalhado dos itens:

1.4.1. Piano Digital

Piano digital com, no mínimo, 88 teclas com mecanismo contrapesado ou ação similar à de martelo, sensível à intensidade do toque, permitindo resposta dinâmica à execução musical.

Deverá possuir polifonia mínima de 128 vozes, recursos de efeitos sonoros integrados, incluindo, no mínimo, reverberação e modulação/coro ou equivalentes. Dimensões aproximadas de 87 cm (altura) x 135 cm (largura) x 42 cm

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS FIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, LAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HELCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

(profundidade), peso aproximado de 55 kg.

Deverá ser equipado com conjunto de, no mínimo, 03 (três) pedais, contemplando funções equivalentes a sustain, sostenuto e abafador/surdina. Alimentação elétrica bivolt automática ou por fonte/adaptador compatível com rede elétrica nacional. Estrutura resistente, confeccionada em materiais compatíveis com uso contínuo institucional, com acabamento na cor preta ou tonalidade similar discreta. Deverá possuir conectividade mínima via USB ou tecnologia equivalente para comunicação com dispositivos externos, bem como saída para fones de ouvido. Sistema de amplificação embutido com potência mínima total de 16W RMS ou equivalente. Deverá acompanhar banco compatível e manual de operação em língua portuguesa.

1.5. Da Análise Técnica

A contratação objeto do presente Termo de Referência foi devidamente analisada por meio de Estudo Técnico Preliminar, que constará nos autos do processo administrativo, instrumento esse que se mostrou justificável e viável, e está alinhado à proposta da Secretaria Municipal de Educação de viabilizar ambientes adequados aos alunos e servidores municipais.

Na contratação em tela também serão abordados os critérios de economicidade e responsabilidade fiscal, visando assegurar a continuidade de ações governamentais necessárias para o atendimento à Municipalidade.

1.6. Das Orientações Gerais

1.6.1. Os itens deverão ser entregues montados.

1.6.2. Todos os produtos deverão ser novos, sem uso, não recondicionados ou remanufaturados, respeitadas todas as normas vigentes de fabricação, estando sujeitos à devolução em caso de desatendimento.

1.6.3. Serão admitidas tolerâncias de mais ou menos (+/-) 3 mm para partes estruturais, não podendo esta prejudicar a utilidade do equipamento.

1.6.4. Serão aceitos produtos com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que plenamente compatíveis com a finalidade a que se destinam, cabendo à Administração a análise da conformidade técnica

1.6.5. Deverão ser atendidas todas as ABNT's e normativas vigentes, relacionadas aos itens.

1.6.6. Quanto houver soldas, as mesmas deveram possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea "b", inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021).

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de fortalecimento e adequação da infraestrutura pedagógica da Escola de Arte Maestro Fêgo Camargo, unidade integrante da rede municipal que desempenha relevante papel na promoção da formação artística, cultural e educacional da comunidade, constituindo importante instrumento de democratização do acesso ao ensino das artes.

A aquisição dos equipamentos e materiais pleiteados mostra-se necessária para assegurar condições adequadas ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, especialmente no campo da educação musical e das práticas formativas correlatas, proporcionando suporte técnico e estrutural compatível com as demandas institucionais atualmente verificadas.

Os itens pretendidos destinam-se ao atendimento das atividades de ensino, prática instrumental,

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HELCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

apresentações didáticas e demais ações formativas desenvolvidas pela unidade, contribuindo diretamente para a elevação da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e para o aprimoramento técnico dos alunos atendidos.

A contratação proporcionará, entre outros benefícios institucionais:

- Ampliação da capacidade de atendimento da unidade, em razão da melhor estruturação dos ambientes pedagógicos;
- Melhoria das condições de ensino e aprendizagem, mediante disponibilização de recursos adequados, atualizados e compatíveis com as metodologias aplicadas;
- Padronização e renovação dos equipamentos utilizados nas atividades pedagógicas, promovendo maior eficiência operacional e segurança de utilização;
- Fortalecimento das ações de formação cultural pública, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e qualidade na prestação dos serviços educacionais.

Ressalta-se que a presente demanda decorre de levantamento técnico realizado pela coordenação pedagógica da unidade, o qual identificou a necessidade de reposição de equipamentos em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo, bem como a necessidade de ampliação estrutural para atendimento da expansão das atividades ofertadas e da crescente demanda de alunos.

Registra-se, ainda, que as especificações técnicas estabelecidas foram definidas com observância aos princípios da razoabilidade, competitividade e julgamento objetivo, constituindo padrão mínimo de qualidade e desempenho, admitindo-se o fornecimento de bens com características técnicas equivalentes ou superiores, desde que plenamente compatíveis com as funcionalidades requeridas e aptos a atender integralmente às finalidades pedagógicas e institucionais da unidade.

Dessa forma, a contratação revela-se medida necessária, adequada e alinhada ao interesse público, visando assegurar a continuidade, a qualidade e o aperfeiçoamento das atividades educacionais e culturais ofertadas pela Escola de Arte Maestro Fêgo Camargo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

A presente proposta de promoção de certame licitatório tem por objetivo de aquisição de equipamentos para equipar a Escola Municipal de Artes Maestro Fêgo Camargo, por meio de recursos financeiros oriundos de Emenda Impositiva.

Tal aquisição promoverá um ambiente adequado e harmonioso para o desenvolvimento do ensino e consiste em uma solução simples, e de natureza única, uma vez que somente o fornecimento dos equipamentos basta para que o objetivo e as necessidades sejam atendidas

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

4.1. Especificação da Garantia Complementar

4.1.1. O prazo de garantia dos equipamentos deverá ser de no mínimo 12 (dose) meses, a serem contados a partir da data de entrega.

4.1.2. O(s) licitante(s), vencedor (es), deverá(ão), apresentar, no ato da entrega dos itens um Termo de Garantia dos Equipamentos (em nome da licitante ou do fabricante), que deverá ser de no mínimo 12 (dose) meses, a contar da data de entrega dos produto junto ao local determinado pela Contratante, contra eventuais defeitos de fabricação do produto, sem qualquer ônus para a contratante, a Prefeitura Municipal de Taubaté,

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, LAYSE APARECIDA DOS SANTOS CAMPOS e HÉLIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

4.2. Apresentação de Catálogo

4.2.1. As empresas participantes deverão apresentar catálogo legível e com imagem(ns) de boa qualidade do(s) produto(s) ofertado(s), em nome da licitante ou do fabricante, junto a sua proposta inicial. Este catálogo deve conter todas as informações necessárias para possibilitar a avaliação, visando analisar a compatibilidade com as especificações técnicas do Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

4.2.2. As especificações definidas no Termo de Referência e na especificação do produto deverão ser igualadas ou poderão ser superadas por soluções que mantenham as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades do objeto pretendido, e, nesse caso, a proponente deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, comprovar a superioridade e o atendimento às exigências em sua proposta.

4.2.3. Requisitos mínimos que devem constar no catálogo:

- Legibilidade: O texto deve estar claro e fácil de ler, sem borrões ou áreas ilegíveis.
- Visualidade: Possuir imagens de boa qualidade dos produtos, com vistas múltiplas, se aplicável. As imagens devem ser nítidas e detalhadas para permitir uma avaliação visual precisa.
- Informações Detalhadas: Todas as especificações técnicas conforme descritas no Termo de Referência. Informações sobre dimensões, materiais, funcionalidades e componentes (se necessários). Qualquer outro dado relevante que contribua na análise de compatibilidade com as normas aplicáveis.
- Identificação: O catálogo deve estar em nome da licitante ou do fabricante do(s) item(ns) ofertado(s) e em português.

4.2.3.1. Esses requisitos mínimos assegurarão que o catálogo forneça todas as informações necessárias para uma avaliação detalhada e precisa dos produtos oferecidos.

4.2.4. Tais catálogos serão avaliados pela Gestão do ensino técnico e profissionalizante, que declarará: Aprovado, Reprovado ou Sem Catálogo.

4.2.5. Em caso de reprovação a Gestão do ensino técnico e profissionalizante da Secretaria de Educação deverá justificar o motivo, para que conste da ata do certame.

4.2.6. Caso haja a reprovação ou não apresentação dos catálogos ou ainda apresentação de catálogos em desacordo com o estabelecido acima, a proponente provisoriamente classificada será DESCLASSIFICADA naquele(s) item(ns).

4.2.7. Ocorrendo o estabelecido no subitem anterior, o(a) Agente de Contratação solicitará a apresentação dos catálogos da(s) proponente(s) remanescente(s), observada a ordem de classificação, até que se encontre a proponente que apresente catálogo de acordo com o exigido.

4.2.8. Estando o valor obtido dentro dos limites do valor máximo praticável apurado pela Administração e aprovado o catálogo apresentado pela proponente provisoriamente classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) a declarará provisoriamente vencedora.

4.3. Qualificação Técnica

4.3.1. Capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) do desempenho de fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, em sintonia com § 2° do art. 67 da Lei n° 14.133/21, com percentual mínimo de 50%. Caso referidos atestados não detalhem e quantifiquem o fornecimento, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (ais).

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS SEIXOTO, ILAYSE PINTO SANTOS, LARISSA DE MORAES SANTOS, PARECIDA DOS SANTOS COELHO e HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PRAZOS

5.1. Local e prazo de entrega

5.1.1. A(s) Contratada(s) deverá(ão) entregar os materiais adquiridos com as mesmas características das especificações exigidas no Termo de Referência e aprovadas em catálogo apresentado no momento do certame licitatório, diretamente na **Escola Municipal de Artes Maestro Fêgo Camargo, cito a R. Portugal, 38 - Centro, Taubaté - SP, 12030-230.**

5.1.2. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, após assinatura do instrumento contratual e/ ou Autorização de Fornecimento, conforme critério a ser estabelecido pelo Departamento de Compras Central da Prefeitura Municipal de Taubaté.

5.1.2.1. As entregas deverão ocorrer em dias úteis e horário comercial, das 08h00 ás 17h00 horas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea "e", inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

6.1. Das obrigações da contratada

7.1.1 Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes à entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem ao edital;

7.1.2 Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

7.1.3 Atender a toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste Termo;

7.1.4 Agendar previamente as entregas junto aos locais determinados, por meio do endereço eletrônico e ou telefone. No caso de entregas feitas por transportadoras, as mesmas deverão ser orientadas pel Contratada sobre essa obrigação, sob pena de recusa do recebimento;

7.1.5 Disponibilizar pessoal suficiente e adequado para a descarga, para a movimentação e para a efetiva entrega dos equipamentos no local determinado;

7.1.6 Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões no objeto, nos termos da legislação vigente;

7.1.7 Entregar os equipamentos nos exatos termos constantes no edital e na proposta ofertada, principalmente no tocante à unidade de fornecimento e à marca indicada durante o certame licitatório, sob pena de recusa de recebimento;

7.1.8 Eventuais requerimentos de substituição de marca deverão ser protocolados pela Contratada, antes do vencimento do prazo de entrega, para serem submetidos à análise da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e, posteriormente, à decisão da autoridade competente;

7.1.9 Os requerimentos em questão devem ser acompanhados de justificativa, da indicação de nova marca, com caraterísticas equivalentes ou superiores àquela proposta durante o certame licitatório e dos documentos comprobatórios, tais como catálogos, etc.;

7.1.10 Manter durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade.

7.1.11 Observar, durante o prazo de vigência contratual e o fornecimento do objeto, o disposto nos artigos 18, 26 e 66 da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA ALEMOS PEIXOTO, LA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, LAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

7.1.12 Conforme legislação vigente, os contratados ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

7.1.13 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada à Contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para o responsável pelo acompanhamento e recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

6.2. Das obrigações da Contratante

6.2.1. Cumprir o estabelecido no presente Termo de Referência, seus anexos, na proposta de preços adjudicada e no contrato;

6.2.2. Autorizar a entrega e recebimento dos materiais, exclusivamente mediante a expedição de Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente, conforme especificado pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Taubaté, em nome da empresa a ser contratada;

6.2.3. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

6.2.4. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à eventual aquisição oriunda da mesma;

6.2.5. Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre quaisquer irregularidades observadas na execução da entrega do objeto do presente Termo de Referência;

6.2.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de responsável designado pela Secretaria Municipal de Educação;

6.2.7. Permitir o acesso dos empregados da Contratada, às dependências do Contratante nos locais de execução das entregas oriundos da eventual aquisição;

6.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto desta contratação, que venham a ser solicitados pela Contratada;

6.2.9. Conferir a documentação disponibilizada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando estiverem em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea "f", inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

7.1. Para acompanhamento da execução contratual serão designados:

- **Fiscal do contrato:** Servidora: Ila Tereza de Moraes Santos Pinto Diretora Pedagógica Fêgo Camargo- Responsáveis pelo recebimento do equipamento na unidade escolar.
- **Gestor(a) do Contrato:** Responsável pelo acompanhamento do contrato de forma integral, bem como pela coordenação das atividades a serem desempenhadas pela Contratada.

7.2. Protocolo de Comunicação: As comunicações entre Contratante e Contratada deverão ser realizadas por escrito, adotando-se preferencialmente o meio eletrônico.

7.3. Recebimento Provisório: Para a presente proposta de contratação será dispensado o recebimento provisório.

7.4. Recebimento Definitivo

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS DE OLIVEIRA TOTOLA, TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HELCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

7.4.1. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelos(as) Fiscais de Contrato e Gestor.

7.4.2. A Contratada deverá no entregar junto do equipamento nota fiscal do referido item.

7.4.3. Caberá ao Fiscal designado, após conferência e recebimento do material, encaminhar à Área de Orçamento e Contratos da Educação, preferencialmente por meio eletrônico (1Doc ou E-mail institucional) a nota fiscal, para inicio dos trâmites necessários para efetivar pagamento.

7.5. Condições de Pagamento

Os pagamentos referentes aos serviços prestados seguirão o estabelecido na Portaria SEFI n. 42, de 02 de fevereiro de 2022, referente ao **Anexo I do Termo de Referencia.**

7.6. Sanção Administrativa (Multa)

7.6.1. Nos termos da Lei n. 14.133/2021, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

7.6.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.6.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.6.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

7.6.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.6.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.6.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.6.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.6.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.6.2. Em decorrência de infrações administrativas acima descritas, a Contratada estará sujeita à aplicação das seguintes sanções:

7.6.2.1. Advertência;

7.6.2.2. Notificação;

7.6.2.3. Multa;

7.6.2.4. Impedimento de licitar e contratar;

7.6.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.7. Extinção do Contrato (art. 137 da Lei n. 14.133/2021)

As hipóteses de extinção do contrato consideradas estão previstas nos artigos 137 da Lei n. 14.133/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea "h", inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, com modalidade a ser definida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Taubaté, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor e modo de disputa aberto.

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

8.1. Acerca do catálogo eletrônico de padronização, informa-se a inaplicabilidade do mesmo, visto que para a presente licitação não há objeto semelhante, conforme demonstrado a seguir:



9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea "i", inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

Quanto à confecção da estimativa de preços para embasar o certame, certificamos que as pesquisas de preços foram realizadas conforme artigo 23, § 1º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que consiste na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 15.447, de 12 de dezembro de 2022, no que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Taubaté. Ainda de acordo com o Capítulo VI – Da pesquisa de preços, seguem informações mínimas necessárias sobre a pesquisa de preços que integra esse processo:

- Utilizou-se os incisos I e II, mediante pesquisa de preços realizada no Painel de Preços do Governo Federal (Compras.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, com base em contratações similares promovidas no âmbito da Administração Pública. Para tanto, procedeu-se à adequação das quantidades e dos valores à realidade e às necessidades do Município de Taubaté, resultando no quadro-resumo abaixo, em observância às boas práticas administrativas e à necessária compatibilidade com os objetos a serem contratados.

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, LEA PEREIRA DE MORAES SANTOS PINTO, GLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

PESQUISAS DE PREÇOS							
Nº de Ordem	Especificações dos Materiais	Unid.	Dados das Pesquisas selecionadas			Média do Painel de Preços	Total
			Id da pesquisa	Fornecedor	Valor unitário		
1	Piano Digital	3	15304606003152025	L2A UNIAO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	R$ 7.000,00	R$ 5.230,00	R$ 15.690,00
			15317605900012025	R2T TECNOLOGIA LTDA	R$ 3.890,00		
			15871905900082025	CLAUDINEI TONIETTI	R$ 4.800,00		
2	Mesa de Som amplificada Bivolt	1	11800731000138-1-000273/2025-Resende/RJ	DTRM COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	R$ 1.670,00	R$ 1.909,33	R$ 1.909,33
			08885100000154-1-000051/2026 Jacarezinho/PR	Jacarezinho/PR	R$ 1.636,00		
			17754201000187-1-000056/2026	Felício dos Santos/MG	R$ 2.422,00		
Valor total estimado para estes itens							R$ 17.599,33

O valor estimado total para a aquisição dos itens objeto do processo em tela é R$ 17.599,33 (dezessete mil e quinhentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea "j", inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021).

As despesas decorrentes deste certame correrão no presente exercício à conta das dotações orçamentárias a seguir indicadas:

1406- 10.01.0015.2.064.12.363.449052.08.8040393.

11. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

A Secretaria de Educação declara para os devidos fins o cumprimento dos requisitos do Termo de Referência conforme estipulado no inciso XXIII do Art. 6° Lei Federal n° 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Secretaria Municipal de Educação, 11 de maio de 2026.

Samara Regina da Costa
Área de Orçamento e Contratos da Educação

Laura Rechdan Ribeiro
Departamento Executivo de Educação

Clayse Aparecida dos Santos
Área do Ensino Profissionalizante

Profº. Hélcio Carvalho dos Santos
Secretário de Educação

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO, HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

CONTRATADA: FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA

PROCESSO N° (DE ORIGEM): 18.114/2026 **(**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0135/2026)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PIANO DIGITAL.

Pelo presente Termo, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº. 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexo(s).
e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO / ENTIDADE:
Nome: Sérgio Luiz Victor Júnior
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 372.057.468-76

PELA ORDENAÇÃO DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Pedro Henrique Bianchi
Cargo: Secretário da Fazenda
CPF: 388.220.198-30

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA / INEXIG. LICITAÇÃO:
Nome: Hélcio Carvalho dos Santos
Cargo: Secretário de Educação
CPF: 218.850.438-05
Assinatura:_____

PELA GESTÃO DO CONTRATO:
Nome: Clayse Aparecida dos Santos
Cargo: Assessora do Secretário de Educação
CPF: 340.917.328-52
Assinatura:_____

PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:
Nome: Ila Teresa de Mores Santos Pinto
Cargo: Diretora Pedagógica
CPF: 035.746.008-10
Assinatura:_____

PELA CONTRATADA:
Nome: Luiz Antônio Peixoto
Cargo: Sócio Proprietário
CPF: 138.509.248-31
Assinatura:_____

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO, HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS A DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
CNPJ Nº: 45.176.005/0001-08
CONTRATADA: FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA
CNPJ Nº: 10.433.080/0001-22
PROCESSO Nº: 18.114/2026 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0135/2026)
VIGÊNCIA: 30 DIAS (ENTREGA) + 12 MESES (GARANTIA)
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PIANO DIGITAL.
VALOR: R$ 10.350,00

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

Prefeitura Municipal de Taubaté

VENCEDORES DA LICITAÇÃO

Pregão - Eletrônico - 135/2026

Finalidade Objeto: **Aquisição de piano digital e mesa de som amplificada para equipar a Escola Municipal de Artes Maestro Fêgo Camargo, por meio de Emenda Impositiva disponibilizada em 2026.**

Fornecedor: 144490 FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA

Endereço: **Nº :**

Bairro: **Fone:**

Cidade:

CNPJ/CPF: 10.433.080/0001-22 **Email:** orcamentos.escritorio@gmail.com

Incr. Estadual:

Cota: Reservada

Seq.	Cód.	Descrição	Marca/Modelo	Qtde.	U.M.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
2	206.23.5	Piano Digital, conforme termo de referência em anexo	WALDMAN SCCATO	3	UN	3.450,0000	10.350,00

ESPECIFICAÇÃO

Total Cota : **10.350,00**

Total Fornecedor **10.350,00**

Total Geral : **10.350,00**

Assinado por 4 pessoas: ANGELICA LEMOS PEIXOTO, ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO, CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO e HELCIO CARVALHO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280 e informe o código C6CD-6160-17F0-B280

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C6CD-6160-17F0-B280

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA (CNPJ 10.XXX.XXX/XXXX-22) VIA PORTADOR ANGELICA LEMOS PEIXOTO (CPF 162.XXX.XXX-43) em 01/09/2026 10:44:32 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: AC DIGITAL MULTIPLA G1 << AC DIGITAL MAIS << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO (CPF 035.XXX.XXX-10) em 01/09/2026 10:45:36 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- CLAYSE APARECIDA DOS SANTOS COELHO (CPF 340.XXX.XXX-52) em 01/09/2026 10:51:37 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ILA TEREZA DE MORAES SANTOS PINTO (CPF 035.XXX.XXX-10) em 01/09/2026 10:55:04 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- HÉLCIO CARVALHO DOS SANTOS (CPF 218.XXX.XXX-05) em 01/09/2026 11:52:57 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA (CNPJ 10.XXX.XXX/XXXX-22) VIA PORTADOR ANGELICA LEMOS PEIXOTO (CPF 162.XXX.XXX-43) em 24/09/2026 14:38:49 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: AC DIGITAL MULTIPLA G1 << AC DIGITAL MAIS << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://taubate.1doc.com.br/verificacao/C6CD-6160-17F0-B280

242 CONVÊNIO ER FRANCA
PIRES AUDAC ORGANIZAÇÃO CO
SINGULAR

JUCESP PROTOCOLO
0.651.424/14-8

10

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA"

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 003, DA SOCIEDADE,

"FRANCA CENTER MUSIC LTDA ME"

01. *"ANGÉLICA LEMOS PEIXOTO"*, brasileira, maior, casada com comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Franca – Estado de São Paulo, à Rua Curitiba, nº 2415 – Jardim Brasilândia I – Cep: 14402-292, portadora da Cédula de Identidade sob o RG de nº 22.276.147-7 SSP/SP e do CPF de nº 162.114.128-43, filha de João Saturnino Lemos e Benedita Ferreira, nascida no dia 17 de Outubro de 1973, nesta cidade de Franca/SP e,

02. *"LUIZ ANTONIO PEIXOTO"*, brasileiro, maior, casado com comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Franca – Estado de São Paulo, à Rua Curitiba, nº 2415 – Jardim Brasilândia I – Cep: 14402-292, portador da Cédula de Identidade sob o RG de nº 21.963.711 SSP/SP e do CPF de nº 138.509.248-31, filho de Raul Alves Peixoto e Vicentina De Lourdes Castro Peixoto, nascido no dia 30 de Março de 1969, na cidade de Pedregulho/SP, (art. 997, I, CC/2002), únicos sócios da ***"FRANCA CENTER MUSIC LTDA ME"***, com sede na ***Rua General Osório, nº 1389 – Centro – Cep.:14400-520***, nesta cidade de Franca – Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o ***NIRE 35.222.277.083***, em sessão do dia 08 de Outubro de 2008, e com sua ultima alteração devidamente feita e arquivada nesta mesma repartição sob o nº ***426.848/12-3***, em sessão do dia 05 de Outubro de 2012, e inscrita no CNPJ sob nº ***10.433.080/0001-22***, resolvem, assim, alterar o contrato social.:

PRIMEIRA

Fica alterado o endereço da sede para a ***Rua Curitiba, nº 2415 – Jardim Brasilândia – Cep.: 14402-292,*** nesta cidade de Franca – Estado de São Paulo.

SEGUNDA

Fica alterado o objeto social para ***"PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS TEATRAIS, FEIRAS, CONGRESSOS E SHOWS ARTISTICOS EM GERAL; PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE FOTO, AUDIO E VÍDEO; LOCAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PALCOS, ARQUIBANCADAS, TENDAS, PAINEIS, EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS; DECORAÇÃO PARA EVENTOS, ORGANIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE FOGOS DE ARTIFICIOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE PUBLICIDADE DE AUTO – FALANTES E DE SONORIZAÇÃO EM VEÍCULOS MOTORIZADOS OU NÃO, TRIO ELÉTRICO; MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E CONSERTOS DE EQUIPAMENTOS DE SOM E INSTRUMENTOS MUSICAIS; SERVIÇOS DE JARDINAGEM EM GERAL".***

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, visando adequar-se ao novo código civil (Lei 10.406/02) com a seguinte redação:

1ª. A sociedade gira sob o nome empresarial de: *"FRANCA CENTER MUSIC LTDA ME".*

2ª. A sociedade tem sua sede na ***Rua Curitiba, nº 2415 – Jardim Brasilândia – Cep.: 14402-292,*** nesta cidade de Franca – Estado de São Paulo.

---- S E G U E ---- *Folha No. 002*

ANO "30"

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1935
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - www.azevedobastos.not.br - Tel.: (83) 3244-5404 - Fax: (83) 3244-5484
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 443920061717125903 23-13; Data: 20/06/2017 17:13:03
Bel. Válber de Miranda Cavalcanti
Titular
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AFI29217-JVHC; Valor Total do Ato: R$ 4,12
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

3ª. O objeto social é ***"PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS TEATRAIS, FEIRAS, CONGRESSOS E SHOWS ARTISTICOS EM GERAL; PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE FOTO, AUDIO E VÍDEO; LOCAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PALCOS, ARQUIBANCADAS, TENDAS, PAINES, EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS; DECORAÇÃO PARA EVENTOS, ORGANIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE FOGOS DE ARTIFICIOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE PUBLICIDADE DE AUTO – FALANTES E DE SONORIZAÇÃO EM VEÍCULOS MOTORIZADOS OU NÃO; MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E CONSERTOS DE EQUIPAMENTOS DE SOM E INSTRUMENTOS MUSICAIS; SERVIÇOS DE JARDINAGEM EM GERAL".***

4ª. O capital social é de R$ 27.328,00 (Vinte e Sete Mil, Trezentos e Vinte e Oito Reais), dividido em 27.328 (Vinte e Sete Mil, Trezentos e Vinte e Oito) cotas de valor nominal de R$ 1,00 (Hum Real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

(A)ANGÉLICA LEMOS PEIXOTO.....	27.055 cotas de R$	27.055,00	99%
(B)LUIZ ANTONIO PEIXOTO.....	273 cotas de R$	273,00	1%
(=)TOTAL GERAL.....	27.328 cotas de R$	27.328,00	100%

5ª. A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Outubro de 2008 e o seu prazo é indeterminado.

6ª. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

7ª. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

8ª. A administração da sociedade caberá aos sócios a Sra. ***"ANGÉLICA LEMOS PEIXOTO"***, e o Sr. ***"LUIZ ANTONIO PEIXOTO"***, com poderes e atribuições de administrar, em conjunto ou isoladamente autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (arts. 997, VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002)

9ª. Ao termino de cada exercício social, 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

10ª. Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2.º e art. 1.078, CC/2002)

11ª. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

12ª. A sócia Sra. ***"ANGÉLICA LEMOS PEIXOTO"*** poderá de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "PRO LABORE", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

13ª. Falecimento ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

---- SEGUE ---- Folha No. 003

ANO "30"

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1935 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 www.azevedobastos.not.br - Tel.: (83) 3244-5404 - Fax: (83) 3244-5484
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 443920061717125903 23-14; Data: 20/06/2017 17:13:03
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AFI29216-8G22; Valor Total do Ato: R$ 4,12
Bel. Válber de Miranda Cavalcanti Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

JUCESP
PIRES AUDAC ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA.
23.07.14

14ª. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002)

15ª. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1.º, CC/2002)

16ª. Fica eleito o Foro da Comarca de Franca/SP, para exercício e o cumprimento dos diretores e obrigações resultantes deste contrato.

E, pôr estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento de "CONTRATO SOCIAL", em 03 (Três) vias iguais de direito legal na presença de 03 (Três), hábeis testemunhas que a tudo assistiram.

Franca/SP, 09 de Julho de 2014.

ANGÉLICA LEMOS PEIXOTO

LUIZ ANTONIO PEIXOTO

TESTEMUNHAS .....

DANIEL FRANK DA SILVA BARROS
RG Nº 34.341.717-0 SSP/SP
TCCRC-SP Nº 259.981

NILSON JOSÉ DO NASCIMENTO
RG Nº 30.276.006-4 SSP/SP

DILMAR AUGUSTO CAMPOS
RG Nº 17.066.820 SSP/SP
TCCRC-SP Nº 157.456

Junta Comercial do Estado de São Paulo
23 JUL. 2014
F. R. FRANCA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 272.617/14-3
FLÁVIA REGINA BRITTO
SECRETÁRIA GERAL EM EXERCÍCIO
JUCESP

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
FUNDADO EM 1933
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - www.azevedobastos.not.br - Tel.: (83) 3244-5404 - Fax: (83) 3244-5494
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 443920061717125903 23-15; Data: 20/06/2017 17:13:03
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AFI29215-XCAJ; Valor Total do Ato: R$ 4,12
Bel. Válber de Miranda Cavalcanti Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

ANO "30"

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA

"FRANCA CENTER MUSIC LTDA"

CNPJ: 10.433.080/0001-22
(4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL)

ANGELICA LEMOS PEIXOTO, brasileira, casada pelo regime comunhão parcial de bens, empresária, natural de Franca/SP, nascida em 17/10/1973, portadora do RG nº 22.276.147-7 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 162.114.128-43, residente e domiciliada na cidade de Franca, estado de São Paulo, na Rua Curitiba, nº 2415, Jardim Brasilândia I – CEP 14.402-292.

LUIZ ANTONIO PEIXOTO, brasileiro, casado pelo regime comunhão parcial de bens, empresário, natural de Pedregulho/SP, nascido em 30/03/1969, portador do RG nº 21.963.711 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 138.509.248-31, residente e domiciliado na cidade de Franca, estado de São Paulo, na Rua Curitiba, nº 2415, Jardim Brasilândia I – CEP 14.402-292.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada, que gira na cidade de Franca/SP, na Rua Curitiba, nº 2415, Jardim Brasilândia I – CEP 14.402-292., sob denominação de "**FRANCA CENTER MUSIC LTDA**", inscrita no CNPJ sob nº **10.433.080/0001-22** e na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o **NIRE 3522227708-3**, em sessão de **08/10/2008**, resolvem realizar a presente alteração contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Altera-se o endereço da sede para a **Alameda Diamantes, nº 115, Chácaras Residenciais Ana Dorothea, CEP: 14.412-253, Franca/SP.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Resolvem os sócios nesta oportunidade alterar a razão social da empresa para **"FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA"**

CLÁUSULA TERCEIRA – Decidem os sócios neste ato, aumentar o capital social que era de **R$ 27.328,00** (Vinte e Sete Mil, Trezentos e Vinte e Oito Reais), para **R$ 64.000,00** (Sessenta e Quatro mil reais), representado por **64.000** (Sessenta e Quatro mil) quotas de capital, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, pela sócia. Em decorrência do aumento do capital social, este fica assim distribuído:

Sócios	% Cap.	Qtde.Quotas	Vlr.Participação
ANGELICA LEMOS PEIXOTO	99,00	63.360	R$ 63.360,00
LUIZ ANTONIO PEIXOTO	1,00	640	R$ 640,00
Total	**100,00**	**64.000**	**R$ 64.000,00**

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade de qualquer sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas respondem solidariamente pela integração do Capital Social (art. 1.052, Código Civil Brasileiro).

CLÁUSULA QUARTA – Decidem os sócios ainda nesta oportunidade alterar o objeto social para **PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS TEATRAIS, FEIRAS, CONGRESSOS E SHOWS ARTISTICOS EM GERAL. PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE FOTO, ÁUDIO E VÍDEO. LOCAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PALCOS, ARQUIBANCADAS, TENDAS, PAÍNEIS, EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS DECORAÇÃO PARA EVENTOS, ORGANIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE PUBLICIDADE DE AUTO FALANTES E DE SONORIZAÇÃO EM VEÍCULOS MOTORIZADOS OU NÃO, TRIO ELÉTRICO. MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E CONSERTOS DE EQUIPAMENTOS DE SOM E INSTRUMENTOS MÚSICAIS. SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E MONTAGEM DE ARMAÇÕES E ESTRUTURAS METÁLICAS.**

ZapSign fdb6b733-78b8-4f37-998b-4d1f2a92c2ee. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.088.984/25-3 em 24/03/2025 da empresa FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA, NIRE nº 35222277083, protocolado sob o nº SPP2530347318. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/03/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 260171266. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA. COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO. FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS. COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS E ACESSÓRIOS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO.

CLÁUSULA QUINTA – Deliberam os sócios **consolidar o contrato social** com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ANGELICA LEMOS PEIXOTO, brasileira, casada pelo regime comunhão parcial de bens, empresária, natural de Franca/SP, nascida em 17/10/1973, portadora do RG nº 22.276.147-7 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 162.114.128-43, residente e domiciliada na cidade de Franca, estado de São Paulo, na Rua Curitiba, nº 2415, Jardim Brasilândia I – CEP 14.402-292.

LUIZ ANTONIO PEIXOTO, brasileiro, casado pelo regime comunhão parcial de bens, empresário, natural de Pedregulho/SP, nascido em 30/03/1969, portador do RG nº 21.963.711 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 138.509.248-31, residente e domiciliado na cidade de Franca, estado de São Paulo, na Rua Curitiba, nº 2415, Jardim Brasilândia I – CEP 14.402-292.

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE

CLÁUSULA SEXTA - A sociedade gira sob o nome empresarial "**FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA**".

CLÁUSULA SÉTIMA - A sociedade tem o seu estabelecimento sede e domicílio instalado na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na **Alameda Diamantes, nº 115, Chácaras Residenciais Ana Dorothea, CEP: 14.412-253.**

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderá, todavia, a empresa, abrir e manter filiais ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, atribuindo ou não a eles capitais autônomos para os devidos fins, mediante alteração contratual assinada pelos sócios.

CAPÍTULO II – DO OBJETIVO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA - A sociedade tem como objeto social a **PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS TEATRAIS, FEIRAS, CONGRESSOS E SHOWS ARTISTICOS EM GERAL. PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE FOTO, ÁUDIO E VÍDEO. LOCAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, GERADORES, PALCOS, ARQUIBANCADAS, TENDAS, PAÍNEIS, EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS DECORAÇÃO PARA EVENTOS, ORGANIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE PUBLICIDADE DE AUTO FALANTES E DE SONORIZAÇÃO EM VEÍCULOS MOTORIZADOS OU NÃO, TRIO ELÉTRICO. MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E CONSERTOS DE EQUIPAMENTOS DE SOM E INSTRUMENTOS MÚSICAIS. SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E MONTAGEM DE ARMAÇÕES E ESTRUTURAS METÁLICAS. INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA. COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO. FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS. COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS E ACESSÓRIOS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO.**

CAPÍTULO III – DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA NONA - O capital social é de **R$ 64.000,00** (Sessenta e Quatro mil reais), representado por **64.000** (Sessenta e Quatro mil) quotas de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país, distribuído da seguinte forma:

ZapSign fdb6b733-78b8-4f37-998b-4d1f2a92c2ee. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.088.984/25-3 em 24/03/2025 da empresa FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA, NIRE nº 35222277083, protocolado sob o nº SPP2530347318. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/03/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 260171266. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Sócios	% Cap.	Qtde.Quotas	Vlr.Participação
ANGELICA LEMOS PEIXOTO	99,00	63.360	R$ 63.360,00
LUIZ ANTONIO PEIXOTO	1,00	640	R$ 640,00
Total	**100,00**	**64.000**	**R$ 64.000,00**

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade de qualquer sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas respondem solidariamente pela integração do Capital Social (art. 1.052, Código Civil Brasileiro).

CAPÍTULO IV – **DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

CLÁUSULA DEZ - A administração da sociedade caberá aos sócios **ANGELICA LEMOS PEIXOTO** e **LUIZ ANTONIO PEIXOTO**, já qualificados anteriormente, sendo-lhes outorgados todos os poderes permitidos em Lei, para o perfeito desempenho de suas funções, representando a sociedade em juízo ou fora dele e constituindo procuradores, autorizados o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social. (art. 997, VI; 1.013; 1.015; 1064 do Código Civil Brasileiro).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Poderá fazer uso da empresa os sócios **ANGELICA LEMOS PEIXOTO** e **LUIZ ANTONIO PEIXOTO**, em conjunto ou isoladamente.

CAPÍTULO V – **DA RETIRADA DE "PRÓ-LABORE"**

CLÁUSULA ONZE – Os sócios **ANGELICA LEMOS PEIXOTO** e **LUIZ ANTONIO PEIXOTO** terão direito à retirada mensal a título de "Pró-Labore", observando os níveis e critérios estabelecidos pela legislação em vigor. Fica facultado aos referidos sócios, de forma individual ou em comum acordo, deliberarem sobre o efetivo exercício do direito de retirada de pró-labore, podendo decidir se um deles, ambos, ou nenhum procederá à referida retirada em determinado período.

CAPÍTULO VI – **DO EXERCÍCIO, BALANÇOS E RESULTADOS SOCIAIS**

CLÁUSULA DOZE - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas de capital, os lucros ou perdas apuradas, que poderão, a seu critério, serem distribuídos ou ficar disponível em reserva na sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediarias, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às cotas de capital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CAPÍTULO VII – **DO INÍCIO, DURAÇÃO E EVENTOS DE DISSOLUÇÃO**

CLÁUSULA TREZE - A sociedade iniciou suas atividades em **01 de outubro de 2008**, e sua duração é por prazo indeterminado (art. 997, II do Código Civil Brasileiro).

CLÁUSULA QUATORZE - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores do "de cujus" ou do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios, (art. 1.028 e art. 1.031, Código Civil Brasileiro), aplicando-se ao caso a deliberação do parágrafo anterior.

CAPÍTULO VIII – **DAS DIVERGÊNCIAS SOCIAIS**

ZapSign fdb6b733-78b8-4f37-998b-4d1f2a92c2ee. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.088.984/25-3 em 24/03/2025 da empresa FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA, NIRE nº 35222277083, protocolado sob o nº SPP2530347318. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/03/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 260171266. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

CLÁUSULA QUINZE - Fica eleito o Foro da Comarca de **Franca/SP**, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, seja qual for ou vier a ser o futuro domicílio dos sócios.

CAPÍTULO IX - **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

CLÁUSULA DEZESSEIS – Os sócios administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, Código Civil Brasileiro).

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente e obrigam-se livremente a cumprir o presente instrumento em todas as suas cláusulas.

Franca, 12 de março de 2025.

ANGELICA LEMOS PEIXOTO

LUIZ ANTONIO PEIXOTO

ZapSign fdb6b733-78b8-4f37-998b-4d1f2a92c2ee. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.088.984/25-3 em 24/03/2025 da empresa FRANCA CENTER LUZ, MONTAGEM DE ESTRUTURAS LTDA, NIRE nº 35222277083, protocolado sob o nº SPP2530347318. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/03/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 260171266. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.